

RELATORIA POLÍTICO-CONCEITUAL

PÂMELA CARVALHO

Comunicação Antirracista - Vozes Femininas Negras e Indígenas em Diálogo pela Transformação

Casa Museu Eva Klabin, Rio de Janeiro
20 e 21 de novembro de 2025

INTRODUÇÃO:

Escrever o presente como quem disputa o futuro

Escrevo esta relatoria consciente de que não registro apenas um evento, mas um momento histórico específico, atravessado por disputas de memória, poder e projeto de país. O *Comunicação Antirracista – Vozes Femininas Negras e Indígenas em Diálogo pela Transformação*, realizado nos dias 20 e 21 de novembro de 2025, na Casa Museu Eva Klabin, no Rio de Janeiro, não foi um acontecimento isolado no calendário cultural do país. Ele se inscreve num ciclo político maior, em que mulheres negras e indígenas voltam a afirmar, de forma coletiva e organizada, que não aceitam mais ocupar o lugar de exceção dentro da democracia brasileira.

O fato de o encontro começar no 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, recentemente reconhecido como feriado nacional, carrega um peso simbólico e político incontornável. Essa data, historicamente construída pelo movimento negro como contraponto ao 13 de maio, nunca foi apenas um marco comemorativo. Ela sempre foi e continua sendo um campo de disputa. Disputa sobre o sentido da abolição, sobre o lugar da população negra na história nacional e, sobretudo, sobre quem tem o direito de narrar o Brasil.

Transformar o 20 de novembro em feriado nacional não encerra essa disputa. Ao contrário: a desloca para um novo patamar. O risco permanente é que a data seja esvaziada, institucionalizada sem transformação estrutural, convertida em símbolo inofensivo. É contra esse esvaziamento que o Comunicação Antirracista se coloca. Não como celebração abstrata da diversidade, mas como afirmação política de presença, produção de pensamento crítico e construção de agenda pública.

O encontro acontece também às vésperas da Marcha das Mulheres Negras de 2025, que recoloca no centro do debate nacional a articulação entre racismo, sexismo, desigualdade econômica e democracia. A Marcha, assim como este evento, não nasce da urgência momentânea, mas de uma longa tradição de organização política de mulheres negras no Brasil. Ela expressa a recusa em continuar sendo convocada apenas nos momentos de crise, sem acesso real aos espaços de decisão.

É nesse contexto que mulheres negras e indígenas se reúnem para falar de comunicação, não como técnica neutra, mas como campo estratégico de poder. Comunicar, como ficou evidente ao longo dos dois dias, não é apenas informar, divulgar ou sensibilizar. Comunicar é organizar o mundo simbólico. É definir quais vidas são narráveis, quais histórias são dignas de memória, quais vozes são consideradas legítimas no debate público.

A comunicação brasileira, historicamente, operou como ferramenta de exclusão. Não apenas pela ausência de pessoas negras e indígenas nos meios de produção, mas pela construção reiterada de narrativas que reforçam hierarquias raciais, naturalizam desigualdades e transformam violência em espetáculo. O racismo estrutural não se sustenta apenas por políticas econômicas ou decisões jurídicas: ele se alimenta de imagens, palavras, silêncios e enquadramentos. Por isso, falar de comunicação antirracista é falar de democracia substantiva. É questionar quem controla os meios, quem define as pautas, quem escolhe os enquadramentos e quem se beneficia do silêncio imposto a determinados corpos e territórios.

Realizar este encontro no Rio de Janeiro não é um detalhe. O Rio é um território profundamente marcado por contradições: capital simbólica do país, cidade negra por excelência, mas também laboratório histórico de políticas de morte, criminalização da pobreza e militarização dos territórios populares. É no Rio que a violência racial se expressa de forma explícita, seja nas favelas, seja nos corredores do poder.

Ao mesmo tempo, o Rio é um dos principais centros de produção simbólica do Brasil. Cinema, televisão, música e jornalismo produzidos aqui moldam o imaginário nacional. Disputar a comunicação no Rio é disputar o próprio sentido de Brasil. A Casa Museu Eva Klabin, espaço historicamente associado a uma elite cultural branca e europeizada, torna-se, nesses dois dias, território de deslocamento. Mulheres negras e indígenas ocupam esse espaço não como convidadas ocasionais, mas como produtoras de pensamento, arte, política e futuro. Esse deslocamento não é apenas espacial: é epistemológico.

Assumo esta relatoria não como quem organiza atas, mas como quem costura tempos históricos. Sou convocada aqui a exercer o papel de “historiadora do presente”, registrando não apenas o que foi dito, mas o que foi tensionado, o que ficou implícito, o que se desenhou como possibilidade.

Este texto é, portanto, uma escrevivência coletiva. Ele nasce da oralidade das mesas, do corpo das falas, das pausas, das ênfases e das memórias convocadas. Ao transpor essas vozes para o registro escrito, não busco neutralidade. Busco fidelidade política. Nos próximos blocos, aprofundo cada mesa, ampliando as falas das participantes, destacando trechos marcantes, estabelecendo conexões entre arte, direito, política institucional e comunicação. O que emerge desse conjunto não é consenso fácil, mas um campo vivo de disputa, onde mulheres negras e indígenas afirmam, com clareza, que não aceitam mais um futuro pensado sem elas.

Um dos aspectos mais potentes do Comunicação Antirracista foi a recusa explícita de tratar mulheres negras e indígenas como objeto de análise. Elas foram — em todas as mesas — sujeitas do discurso, falando a partir de suas trajetórias, saberes e práticas. Atrizes, escritoras, juristas, parlamentares, artistas e lideranças políticas não foram convidadas para “representar” um grupo social, mas para produzir pensamento crítico sobre o país. Esse deslocamento é fundamental num momento em que o Brasil vive uma aparente ampliação da presença negra em espaços institucionais, sem que isso se traduza automaticamente em transformação estrutural. A presença, quando não acompanhada de poder real, corre o risco de se tornar apenas decorativa.

Ao longo do evento, essa tensão apareceu de forma recorrente: como ocupar espaços sem ser capturada por suas lógicas? Como disputar o Estado sem ser assimilada por ele? Como produzir comunicação antirracista num sistema midiático profundamente concentrado e racializado?

PARTE 2

PAINEL 1

OCUPAÇÃO & NARRATIVAS: DA TELA À REPARAÇÃO

Com Clara Anastácia, Vilma Melo e Thalma de Freitas | Mediação: Daniele Salles

20 de novembro de 2025

A tela como território em disputa

O PAINEL 1 abriu o Comunicação Antirracista estabelecendo, desde o início, o tom político do encontro. Ao escolher a tela (cinematográfica, televisiva, digital) como ponto de partida, o debate deslocou imediatamente a comunicação do campo abstrato para o território concreto da disputa por poder simbólico. Não se tratava de discutir apenas representatividade, mas de interrogar quem constrói as narrativas, a serviço de quais projetos e com quais consequências materiais para a vida da população negra.

A presença de Clara Anastácia, Vilma Melo e Thalma de Freitas produziu um campo de diálogo que atravessou gerações, linguagens e experiências, mas que se manteve ancorado numa questão central: a imagem negra no Brasil nunca foi inocente. Ela sempre esteve a serviço de um projeto de controle social, seja pela exotização, pela criminalização ou pela redução da complexidade das vidas negras a arquétipos fixos. Desde os primeiros minutos, ficou evidente que falar de tela é falar de cidadania. A história do audiovisual brasileiro se construiu, majoritariamente, apagando a população negra como sujeito de narrativa e, ao mesmo tempo, explorando seus corpos como espetáculo. A ocupação desse espaço, portanto, não pode ser lida como concessão tardia, mas como retomada histórica.

Vilma Melo: presença não é concessão, é direito

Vilma Melo trouxe para a mesa uma reflexão madura, atravessada por décadas de experiência no teatro, no cinema e na televisão. Sua fala partiu de um lugar de quem conhece profundamente os mecanismos de exclusão do audiovisual brasileiro e, por isso mesmo, recusa análises superficiais sobre diversidade.

Em um dos trechos mais contundentes de sua intervenção, Vilma afirmou:

“A gente passou muito tempo confundindo presença com poder. Estar em cena não significa decidir a cena.”

Essa afirmação desloca o debate da lógica da inclusão para a lógica da disputa. Vilma não reivindica apenas espaço, mas autonomia narrativa. Ao longo de sua fala, ela ressaltou que a ampliação de elencos negros não garante, por si só, a transformação das histórias contadas, se os roteiros continuam presos a estruturas racistas. Em outro momento, ao comentar projetos nos quais atuou, ela foi direta:

“Já vivi situações em que o elenco era majoritariamente preto, mas a história continuava sendo branca. Isso também é violência.”

Aqui, Vilma nomeia uma forma sofisticada de exclusão: a apropriação estética da presença negra sem redistribuição real de poder criativo. Trata-se de uma lógica que incorpora corpos, mas mantém intactas as hierarquias simbólicas. Sua fala também trouxe a dimensão do desgaste emocional imposto a artistas negras, frequentemente convocadas a representar dor, trauma e sofrimento como se esses fossem os únicos registros possíveis da experiência negra. Ao problematizar essa expectativa, Vilma afirmou:

“Não somos obrigadas a ensinar ninguém o tempo inteiro. Às vezes, só queremos existir em cena.”

Essa recusa pedagógica é profundamente política. Ela afirma o direito à complexidade, ao erro, à leveza e à humanidade plena, elementos historicamente negados às personagens negras.

Thalma de Freitas: imaginação como política de reparação

Thalma de Freitas deslocou o debate para um outro eixo fundamental: o da imaginação. Sua fala foi marcada pela recusa em aceitar que o futuro das narrativas negras esteja aprisionado a repertórios coloniais, mesmo quando bem-intencionados. Em um dos momentos citados do painel, Thalma afirmou:

“A gente fala muito de representatividade, mas pouco de imaginação. Sem imaginação negra, não existe futuro negro.”

Essa frase sintetiza uma crítica profunda à forma como a indústria cultural lida com a diversidade. Para Thalma, não basta corrigir o passado; é preciso inventar futuros. E essa invenção não pode ser delegada a estruturas que historicamente negaram humanidade à população negra. Ao falar de sua trajetória na música, no teatro e no audiovisual, Thalma ressaltou a importância de criar narrativas que escapem ao binarismo entre dor e superação, tão comum nas histórias sobre pessoas negras. Ela alertou:

“Quando só nos autorizam a contar histórias de sofrimento, estão nos dizendo que não imaginam a gente feliz, complexa, contraditória.”

A crítica aqui é direta: limitar a imaginação é uma forma de controle. Thalma entende a criação artística como campo estratégico de reparação simbólica, capaz de reorganizar afetos e expectativas sociais. Em outro trecho, ao comentar produções recentes, ela afirmou:

“Reparar não é pedir desculpa. Reparar é mudar o enquadramento.”

Essa ideia de reparação como mudança de enquadramento desloca o debate do campo moral para o campo estrutural. Não se trata de sensibilizar indivíduos, mas de alterar as lentes através das quais o mundo é narrado.

Clara Anastácia: juventude, ancestralidade e ruptura

Clara Anastácia trouxe para o painel a perspectiva da juventude negra conectada às novas mídias, sem abrir mão da ancestralidade como eixo político. Sua fala tensionou a lógica da hiperexposição digital, questionando quem se beneficia da circulação massiva de imagens negras nas redes. Em um momento especialmente marcante, Clara afirmou:

“Hoje a gente aparece mais, mas isso não significa que a gente controla como aparece.”

Essa constatação revela um paradoxo central da comunicação contemporânea: a ampliação da visibilidade não garante autonomia narrativa. Pelo contrário,

pode aprofundar formas sutis de exploração simbólica. Clara também destacou a importância de reconhecer as gerações anteriores como fundamento das conquistas atuais. Ao refletir sobre sua trajetória, disse:

“Nada do que eu faço começa em mim. Começa muito antes, nas mulheres que abriram caminho.”

Essa fala estabelece um elo direto com a ideia de escrevivência coletiva que atravessa todo o evento. A juventude, aqui, não é ruptura absoluta, mas continuidade crítica. Ao falar sobre a pressão por produzir conteúdos rápidos e consumíveis, Clara alertou para o risco de esvaziamento político das narrativas negras:

“Quando tudo vira conteúdo, a gente corre o risco de perder o sentido.”

Essa reflexão dialoga diretamente com a crítica ao capitalismo de plataformas e à mercantilização das pautas antirracistas, frequentemente absorvidas sem transformação real das estruturas.

A mediação como costura política

A mediação de Daniele Salles foi fundamental para costurar as falas sem homogeneizá-las. Ao provocar as panelistas a refletirem sobre o papel da comunicação como campo de disputa institucional, Daniele trouxe perguntas que deslocaram o debate do relato individual para a análise estrutural.

Sua condução reforçou a ideia de que ocupar a tela é apenas uma etapa de um processo mais amplo, que envolve disputa por orçamento, por política pública, por legislação e por formação crítica.

Síntese do Painel 1

O Painel 1 estabeleceu algumas premissas fundamentais que atravessariam todo o evento:

1. Representatividade sem poder não transforma estruturas.
2. Narrativa é território político.
3. Imaginação é uma dimensão central da reparação.
4. A presença negra na comunicação precisa ser acompanhada de autonomia criativa.

Ao final deste painel, ficou transparente que a comunicação antirracista não pode se limitar à correção de imagens. Ela exige uma reconfiguração profunda das estruturas que produzem sentido no Brasil.

PARTE 3

PAINEL 2

TECNOLOGIAS DE REEXISTÊNCIA: A ESCRIVIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Com Conceição Evaristo | Mediação: Daniele Salles

20 de novembro de 2025

Quando a palavra funda mundo

O segundo painel do Comunicação Antirracista não foi apenas uma conferência. Foi um ato fundacional. Conceição Evaristo não compareceu para explicar um conceito; ela reafirmou uma ética, um método e uma política da palavra. Ao longo de sua fala, ficou evidente que a escrevivência não é apenas uma categoria literária, mas uma tecnologia de reexistência, forjada na experiência histórica de mulheres negras que precisaram escrever para não desaparecer.

Conceição iniciou sua fala situando a escrevivência como um gesto que nasce da vida concreta, das marcas do corpo, do território e da memória coletiva. Ao afirmar que escreve “a partir de um lugar que a história oficial tentou silenciar”, ela recoloca a literatura no centro da disputa política contemporânea. A palavra, em sua formulação, não é adorno; é instrumento de sobrevivência. Em um dos momentos mais contundentes de sua intervenção, Conceição afirmou:

“A escrevivência nasce da necessidade de contar a nossa própria história, porque quando a gente não conta, alguém conta por nós, e quase sempre contra nós.”

Essa frase sintetiza a dimensão política do conceito. Não se trata apenas de autoria, mas de autodefinição. Escrever, aqui, é disputar o direito de nomear o mundo e a si mesma.

Ao longo do painel, Conceição fez questão de afirmar que a escrevivência não pede licença ao cânone literário brasileiro. Ela o confronta. Ao falar sobre a formação da literatura nacional, destacou que o cânone foi construído a partir da exclusão sistemática das experiências negras e indígenas, especialmente das mulheres. Em um trecho marcante, afirmou:

“O cânone brasileiro se construiu fingindo que nós não pensávamos, não escrevíamos, não sentíamos.”

Essa crítica ultrapassa o campo literário. Ela aponta para um projeto de país que, historicamente, negou às mulheres negras o estatuto de sujeito intelectual. Ao reivindicar a escrevivência como método legítimo de produção de conhecimento, Conceição desestabiliza a hierarquia entre saber acadêmico e saber vivido. Ela reforçou que a escrita de mulheres negras não nasce do individualismo moderno, mas de uma experiência coletiva, atravessada pela oralidade, pela memória ancestral e pela escuta. Ao falar sobre isso, disse:

“Quando eu escrevo, escrevem comigo muitas vozes. A minha escrita nunca está sozinha.”

Essa afirmação dialoga diretamente com a proposta do evento e com o papel desta relatoria: registrar uma escrita que é sempre plural, mesmo quando assinada por um nome próprio.

Outro eixo central da fala de Conceição foi a defesa da primeira pessoa como estratégia política. Em um país que historicamente negou às mulheres negras

o direito de falar de si, escrever em primeira pessoa é um gesto de ruptura. Ela foi enfática ao afirmar:

“A primeira pessoa não é vaidade. É necessidade histórica.”

Ao reivindicar o “eu” como lugar legítimo de enunciação, Conceição confronta a ideia de objetividade neutra, tão valorizada em certos campos do conhecimento. Para ela, a neutralidade sempre foi um privilégio de quem nunca teve sua humanidade questionada.

O corpo apareceu como elemento central dessa escrita. Corpo marcado pela experiência do racismo, do sexismo, da pobreza, mas também corpo que sente prazer, alegria, desejo e pertencimento. Conceição ressaltou que a escrevivência não se limita à dor, embora não a negue. Ao contrário, ela complexifica a experiência negra. Em outro momento, ao falar da relação entre escrita e território, afirmou:

“Escrevo com os pés no chão que me formou.”

Essa frase condensa uma crítica profunda à abstração intelectual desconectada da vida real. A escrevivência, como tecnologia de reexistência, nasce do chão, da favela, do quilombo, do interior, da periferia urbana, e transforma esse chão em matéria de pensamento.

Conceição dedicou parte significativa de sua fala à discussão sobre memória. Para ela, a disputa pela memória não é apenas simbólica; é profundamente material. Ao lembrar que o Brasil construiu sua identidade nacional apagando as contribuições negras e indígenas, afirmou:

“Um país que apaga a memória de parte do seu povo compromete o próprio futuro.”

Essa reflexão dialoga diretamente com o momento político brasileiro. A ausência de políticas públicas consistentes de memória e reparação mantém abertas as feridas da escravidão e do colonialismo. Conceição foi clara ao afirmar que lembrar não é nostalgia, mas estratégia de sobrevivência coletiva. Ela também destacou a importância de transformar a literatura e a produção cultural em práticas públicas de democracia. Ao falar sobre escolas, bibliotecas e políticas de leitura, disse:

“Não adianta falar de democracia se nossas crianças não se veem nos livros.”

Aqui, a escrevivência se conecta diretamente com o debate sobre comunicação antirracista. Produzir narrativas negras e indígenas não é apenas uma questão cultural, mas um elemento central da formação cidadã.

Em um dos momentos mais politicamente incisivos do painel, Conceição abordou o racismo estrutural sem recorrer a abstrações. Ela foi direta ao afirmar que o racismo se sustenta em práticas cotidianas, escolhas institucionais e silêncios convenientes.

“O racismo não se mantém sozinho. Ele é alimentado todos os dias.”

Essa afirmação desloca a responsabilidade do campo individual para o coletivo e institucional. Ao dizer isso num evento dedicado à comunicação, Conceição aponta para o papel central da mídia, da educação e das políticas culturais na reprodução ou no enfrentamento do racismo. Ela também alertou para o risco de cooptação das narrativas negras, quando esvaziadas de sua radicalidade política. Ao falar sobre o mercado editorial e cultural, afirmou:

“Nem toda visibilidade é vitória.”

Essa crítica ecoa as falas do Painel 1 e antecipa debates que reapareceriam nos painéis seguintes: a tensão entre presença simbólica e transformação estrutural.

A mediação e a escuta

A mediação de Daniele Salles foi marcada por uma escuta atenta e respeitosa, permitindo que Conceição conduzisse o ritmo da fala sem interrupções desnecessárias. As perguntas propostas ampliaram o alcance político do painel, conectando a escrevivência aos desafios contemporâneos da democracia brasileira.

Síntese do Painel 2

O Painel 2 consolidou alguns eixos fundamentais para todo o evento:

1. A escrevivência como método político e epistemológico.
2. A palavra como tecnologia de reexistência.
3. Memória como fundamento da democracia.
4. Comunicação como prática pública de cuidado e denúncia.

Conceição Evaristo reafirmou, com sua presença e sua palavra, que não há futuro democrático possível sem o reconhecimento pleno das vozes negras e indígenas como produtoras de conhecimento.

PARTE 4

PAINEL 3

TRIBUNAS DE RESISTÊNCIA: JUSTIÇA E DIREITOS EM DISPUTA

Com Vera Lúcia Santana Araújo e Samara Pataxó | Mediação: Daniele Salles

21 de novembro de 2025

O direito como linguagem de poder

O terceiro painel deslocou o eixo do debate da cultura para a institucionalidade, sem perder de vista que o direito também é uma forma de comunicação. Leis, decisões judiciais, sentenças e procedimentos não são neutros: são linguagens codificadas que organizam o acesso à cidadania. Quem compreende essa linguagem, quem a escreve e quem a interpreta define, em grande medida, quem pode existir plenamente no Estado.

Ao reunir Vera Lúcia Santana Araújo e Samara Pataxó, o painel expôs duas experiências distintas e complementares de enfrentamento ao sistema de justiça brasileiro: a partir da Justiça Eleitoral e a partir da luta indígena contra

um direito estruturado pela colonialidade. O que emergiu foi uma crítica contundente à ideia de imparcialidade jurídica e à crença de que o direito, por si só, garante igualdade. Desde o início, ficou evidente que falar de justiça, naquele espaço, não era falar de técnica, mas de projeto político.

Vera Lúcia Santana Araújo: a democracia sob vigilância

Vera Lúcia trouxe para a mesa a experiência de quem atua no interior da institucionalidade, conhecendo seus limites e suas contradições. Sua fala foi marcada pela recusa em romantizar o sistema de justiça e pela clareza ao nomear a violência política como estratégia de manutenção do poder. Em um dos momentos mais incisivos de sua intervenção, Vera afirmou:

“A democracia brasileira sempre teve dificuldade de lidar com corpos negros em posição de poder.”

Essa frase, simples e direta, desmonta a narrativa de uma democracia racial que se realizaria automaticamente com o passar do tempo. Para Vera, a exclusão política da população negra não é um resquício do passado, mas um mecanismo ativo, constantemente atualizado. Ao falar sobre a violência política de gênero e raça, especialmente no contexto eleitoral, ela destacou que essa violência não se resume a ataques explícitos, mas inclui a deslegitimação simbólica, a sabotagem institucional e o uso estratégico do sistema jurídico para silenciar candidaturas negras e indígenas.

“Nem toda violência deixa marcas visíveis. Muitas vezes, ela se apresenta como procedimento.”

Essa afirmação é central para compreender o funcionamento do racismo institucional. Ao operar sob a aparência de legalidade, a exclusão se torna mais difícil de contestar e mais eficaz em seus efeitos. Vera também enfatizou a necessidade de uma leitura interseccional do direito, alertando que políticas aparentemente universais tendem a reproduzir desigualdades quando ignoram as diferenças estruturais. Ao refletir sobre sua trajetória, afirmou:

“Não basta estar dentro da instituição se a instituição não muda.”

Essa frase ecoa debates recorrentes entre movimentos sociais e ocupantes de cargos públicos: a presença negra no Estado é condição necessária, mas não suficiente, para a transformação das estruturas.

Samara Pataxó: o direito como herança colonial

Samara Pataxó trouxe para o painel uma crítica profunda à própria fundação do direito brasileiro. Sua fala partiu da experiência indígena para questionar a ideia de que o sistema jurídico nacional poderia ser neutro ou universal. Logo no início, ela afirmou:

“O direito brasileiro nasce sem nós e, muitas vezes, contra nós.”

Essa afirmação reposiciona o debate. Não se trata apenas de inclusão tardia de povos indígenas no sistema jurídico, mas do reconhecimento de que esse sistema foi estruturado para garantir a expropriação de territórios, saberes e modos de vida. Samara destacou que, para os povos indígenas, a disputa por direitos nunca foi apenas jurídica, mas existencial. Ao falar sobre o uso do direito como ferramenta de resistência, ela alertou para os riscos da tradução de cosmologias indígenas em categorias jurídicas coloniais.

“Quando a gente traduz nossa vida para a linguagem do Estado, sempre perde alguma coisa.”

Essa fala expõe a tensão permanente entre a necessidade de acessar o sistema de justiça e o risco de apagamento epistemológico. Samara não nega a importância da atuação institucional, mas insiste na necessidade de reconhecer seus limites.

Ela também abordou a violência política sofrida por lideranças indígenas que ocupam espaços de visibilidade, afirmando que essa violência é atravessada por racismo, sexismo e colonialidade. Ao refletir sobre isso, disse:

“O Estado ainda nos vê como problema, não como sujeitos políticos.”

Essa frase sintetiza a dificuldade histórica do Estado brasileiro em reconhecer povos indígenas como agentes contemporâneos, e não como resquícios de um passado a ser superado.

Justiça Eleitoral, representatividade e disputa de poder

Um dos pontos centrais do painel foi o debate sobre o papel da Justiça Eleitoral no enfrentamento da violência política. Vera Lúcia trouxe exemplos concretos de avanços e limites, destacando que, embora haja instrumentos legais importantes, sua aplicação depende de vontade política e de interpretação comprometida com a equidade racial.

Samara complementou essa análise ao afirmar que, sem a escuta ativa dos povos indígenas e das populações negras, o sistema tende a reproduzir uma lógica assimilacionista. A justiça, nesse caso, atua mais como mecanismo de controle do que de proteção. A mediação de Daniele Salles foi fundamental ao provocar as panelistas a refletirem sobre como transformar o direito em ferramenta efetiva de proteção, e não apenas de gestão do conflito.

Comunicação, direito e democracia

O Painel 3 explicitou que o direito é, também, um campo comunicacional. Sentenças falam. Leis narram. Decisões produzem sentido. Quando essas narrativas ignoram as experiências negras e indígenas, reforçam a exclusão sob o manto da legalidade. Ao final do painel, ficou claro que a disputa por justiça é inseparável da disputa por narrativa. Sem comunicação antirracista, o direito continuará operando como instrumento de manutenção das desigualdades.

Síntese do Painel 3

O terceiro painel consolidou alguns aprendizados fundamentais:

- 1. O direito não é neutro; é historicamente situado.**
- 2. Violência política opera também por meio de procedimentos legais.**
- 3. A presença negra e indígena no sistema de justiça é estratégica, mas insuficiente sem mudança estrutural.**
- 4. Democracia exige uma revisão profunda das bases coloniais do Estado brasileiro.**

PAINEL 4

OCUPANDO O PODER: LEGADO, FUTURO E ANCESTRALIDADE NO PARLAMENTO

Com Eliane Potiguara, Érika Hilton e Mônica Cunha | Mediação: Daniele Salles

21 de novembro de 2025

Quando o Estado deixa de ser abstração

O quarto painel deslocou definitivamente o debate do plano da análise para o da ação política direta. Se, até aqui, discutimos narrativa, palavra e justiça como campos de disputa, este momento colocou o Estado no centro da conversa — não como entidade distante, mas como território concreto, contraditório e profundamente racializado.

Reunir Eliane Potiguara, Érika Hilton e Mônica Cunha produziu um encontro raro entre gerações, estratégias e linguagens políticas distintas, mas atravessadas por um fio comum: a recusa em aceitar que a institucionalidade brasileira seja um espaço naturalmente hostil à presença negra e indígena. Hostil, sim — mas não inexpugnável.

Desde o início, ficou claro que ocupar o poder não é sinônimo de adesão ao sistema. É, antes, um gesto permanente de tensão.

Eliane Potiguara: a palavra como arma ancestral

Eliane Potiguara abriu sua fala reafirmando algo que atravessou todo o evento: a palavra é ação política. Escritora, ativista e referência histórica na luta pelos direitos indígenas, Eliane trouxe para a mesa uma perspectiva de longa duração, conectando a violência colonial ao presente institucional. Em um dos momentos mais marcantes, afirmou:

“Nós sempre estivemos aqui. O que muda é se o Estado está disposto a nos ouvir.”

Essa frase recoloca o debate sobre representatividade num eixo histórico. A ausência indígena nos espaços de poder não é fruto de falta de participação, mas de um projeto sistemático de apagamento. Eliane destacou que o

parlamento brasileiro foi construído sobre a negação dos povos indígenas como sujeitos políticos contemporâneos. Ao falar sobre sua trajetória, afirmou:

“Durante muito tempo, nos quiseram apenas como memória. Nunca como futuro.”

Essa recusa em aceitar o lugar de passado é central para compreender a atuação política indígena hoje. Eliane reivindica o direito de existir no tempo presente e de projetar o futuro a partir de epistemologias próprias. Ao falar sobre comunicação, ela foi enfática ao afirmar que o silenciamento indígena é também um silenciamento narrativo. Quando o Estado fala sobre os povos indígenas, mas não com eles, reproduz a lógica colonial sob novas roupagens.

Érika Hilton: ocupar sem se diluir

Érika Hilton trouxe para a mesa a experiência concreta de quem atua no parlamento sob ataque constante. Sua fala foi atravessada pela denúncia da violência política de gênero, raça e identidade de gênero, mas também pela afirmação de que ocupar o poder é um direito, não um favor. Em um dos trechos mais fortes de sua intervenção, Érika afirmou:

“A violência política não é um efeito colateral. Ela é método.”

Essa leitura é fundamental para compreender o atual cenário político brasileiro. A violência dirigida a parlamentares negras, indígenas e trans não busca apenas intimidar indivíduos, mas sinalizar limites simbólicos para a presença desses corpos no poder. Érika também abordou o risco da institucionalização sem vínculo com a base social. Ao refletir sobre sua atuação, afirmou:

“Se a gente entra no parlamento e esquece de onde veio, o parlamento vence.”

Essa fala sintetiza uma estratégia política consciente: ocupar o Estado sem romper os laços com os movimentos sociais, com os territórios e com as lutas que antecedem o mandato. Destacou ainda a importância de transformar a linguagem legislativa, tornando-a acessível e conectada à vida real da população. Para Érika, comunicação antirracista também passa por disputar o vocabulário do poder.

Mônica Cunha: dor transformada em política pública

Mônica Cunha trouxe para a mesa uma perspectiva profundamente enraizada na experiência das mães e familiares de vítimas da violência do Estado. Sua fala partiu da dor, mas não se encerrou nela. Ao contrário, mostrou como a dor pode se transformar em ação política organizada. Em um momento especialmente marcante, afirmou:

“O Estado sempre soube nos matar. O que estamos aprendendo é a obrigá-lo a nos ouvir.”

Essa frase sintetiza décadas de luta contra o genocídio da população negra. Mônica não fala de abstrações: fala de corpos concretos, de perdas irreparáveis, de vidas interrompidas. Ela destacou que ocupar espaços institucionais é, muitas vezes, uma necessidade imposta pela ausência de respostas do próprio Estado. Ao falar sobre sua trajetória, disse:

“A gente não escolhe a política. A política nos atravessa.”

Sua fala trouxe para o centro do debate a dimensão do cuidado, frequentemente desconsiderada nos discursos sobre poder. Para Mônica, não há política transformadora sem considerar o impacto das decisões sobre a vida cotidiana das pessoas.

Diálogos, tensões e convergências

A mediação de Daniele Salles foi fundamental para costurar as falas sem apagar suas diferenças. Ao provocar o diálogo entre gerações e estratégias, Daniele contribuiu para explicitar que não há um único caminho para a transformação institucional, mas múltiplas frentes de atuação.

Apesar das diferenças, emergiram convergências claras:

- A ocupação do poder é estratégica, mas insuficiente sem mobilização social.
- A violência política é estrutural, não episódica.
- Comunicação é ferramenta central para disputar o sentido da política.
- Ancestralidade não é passado: é método.

Encerramento: o futuro como experiência sensível

O show de encerramento com Majur não foi um apêndice cultural, mas parte integrante do projeto político do evento. Corpo, voz e presença materializaram aquilo que foi discutido ao longo dos dois dias: o futuro não é apenas programa, é experiência sensível. Majur encerrou o encontro reafirmando que a arte também é forma de conhecimento e que imaginar futuros exige sentir outros mundos possíveis.

Conclusão da Relatoria Conceitual

O Comunicação Antirracista – Vozes Femininas Negras e Indígenas em Diálogo pela Transformação produziu algo raro: um espaço em que mulheres negras e indígenas falaram não apenas de si, mas do país. Arte, direito, literatura e política institucional foram tratados como campos interligados de disputa.

O que emerge deste encontro é a afirmação de que não há democracia possível sem comunicação antirracista; não há justiça sem revisão das bases coloniais do Estado; e não há futuro sem a centralidade das mulheres negras e indígenas como sujeitas políticas. Esta relatoria não encerra o evento. Ela o prolonga. E o que se anuncia aqui não é consenso confortável, mas compromisso histórico.